



**Circular nº20/2012**

*09 de novembro de 2012*

**Assunto: Transposição da Diretiva 2011/65/EU (RoHS2)**

Caros Associados,

A propósito de um projecto de Diploma para a transposição da Diretiva 2011/65/EU (RoHS2) em fase de consulta pública, a APIRAC recebeu uma manifestação de alerta proveniente de um nosso associado (Mitsubishi Electric Europe B.V.), demonstradora de preocupação sobre o tema em questão.

O projeto de diploma refere-se à restrição do uso de determinadas substâncias perigosas no fabrico de equipamentos elétricos e eletrónicos (RoHS), concretamente relativamente a seis produtos, quatro deles metais (chumbo, mercúrio, cádmio e cromo hexavalente), e dois produtos retardantes da chama, o polibromobifenilo (PBB) e o éter difenil polibromado (PBDE), que integram determinadas categorias de Equipamentos Elétricos e Eletrónicos (EEE).

Pela preocupação demonstrada pelo associado, cumpre informar que a APIRAC foi consultada em devido tempo pela Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA) para apreciar o projeto do referido Diploma e produzir um eventual pronunciamento sobre a matéria. Embora este assunto seja de exclusivo interesse para o fabrico de equipamentos (inexistente em Portugal), decidiu a APA reconhecer na APIRAC, enquanto agente do Setor, relevância para efeitos de auscultação. Razão porque este assunto está a ser acompanhado pelo nosso Departamento Técnico a fim de evidenciar alguma particularidade do Diploma que possa por em causa os interesses dos nossos Associados.

De qualquer forma, em resultado do acompanhamento que o Departamento Técnico da APIRAC faz a esta matéria desde a transposição da Diretiva 2002/95/CE do Parlamento e do Conselho, de 27 de



janeiro de 2003, que recentemente foi alvo de reformulação, através da publicação da Diretiva 2011/65/UE (RoHS2), do Parlamento e do Conselho de 8 de junho, que entrou em vigor em 21/07/2011 e vem revogar a Diretiva anterior com efeitos a partir de 3 de janeiro de 2013, valerá desde já prestar os seguintes esclarecimentos aos associados:

1. Como será conhecido, na generalidade, entre os técnicos que trabalham em ar condicionado e refrigeração, com a publicação da primeira diretiva europeia relativa ao tema dos RoHS (Diretiva 2002/95/CE), a partir de 1 de julho de 2006 passaram a ser aplicadas algumas restrições relacionadas com alguns equipamentos da nossa área de intervenção.
2. Pouco tempo decorrido após a entrada em aplicação daquela diretiva, ficou claro que o problema era fundamentalmente dirigido aos fabricantes de alguns componentes de equipamentos elétricos e eletrónicos, onde também, embora em escala reduzida, estariam englobados equipamentos de AVAC&R.
3. Estamos, portanto, a referir-nos aos seis produtos seguintes, quatro metais, chumbo, mercúrio, cádmio, crómio hexavalente, e dois produtos retardantes da chama polibromobifenilo (PBB) e éter difenil polibromado (PBDE). Os quatro metais são produtos usados isolados ou em mistura, para determinados revestimentos e utilização em aparelhos de iluminação e aplicações médicas, em dispositivos de contato elétrico ou de corte e proteção em eletricidade industrial, e só interferindo mais diretamente com as áreas do AVAC&R (p.e): em chumaceiras e apoios de veios de motores elétricos e compressores para fluidos frigorigéneos; e em soldaduras, mas das placas eletrónicas de comando e controlo de equipamentos.
4. O AVAC&R não é, portanto, uma atividade onde os seus técnicos tenham de contactar diretamente com este grupo de produtos perigosos, venenosos e prejudiciais para o ambiente, os RoHS, mas sim, e apenas, em relação aos quais devem estar atentos para eventualmente poderem confirmar que está a ser respeitada a legislação e as regulamentações europeia e nacional que proíbem o uso de aparelhos ou equipamentos que os contenham e que, por isso, os mesmos deverão comportar uma etiqueta do fabricante referindo que o produto colocado no mercado está “isento de RoHS”.



associação portuguesa da indústria de refrigeração e ar condicionado

Face ao enquadramento descrito, o Departamento Técnico da APIRAC entendeu não existir razão que justificasse uma consulta aos Associados, por este assunto dizer respeito exclusivamente a fabricantes que, infelizmente, não existem neste Setor ou não são Associados da APIRAC. No entanto, iremos estar atentos ao desenvolvimento do processo e interviremos em conformidade caso tal se verifique necessário para defesa do Setor.

Caso, ainda assim, algum Associado pretenda apresentar alguma contribuição importante, o Departamento Técnico estará, como sempre, disponível para proceder à sua análise e posterior desenvolvimento, sendo que o mesmo nos deve ser apresentado até ao próximo dia 12/11/2012.

Com os melhores cumprimentos,

A Direção